



INFORMAÇÃO TRIMESTRAL CONSOLIDADA PRIMEIRO TRIMESTRE 2009

Do sucesso para novos desafios



Contas consolidadas

Galp Energia, SGPS, SA e subsidiárias

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 (NÃO AUDITADO) E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (IFRS/IAS)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

ACTIVO	Notas	Março 2009	Dezembro 2008
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	11	2.717.759	2.760.142
Goodwill		184.891	171.506
Outros activos fixos intangíveis	11	433.196	409.403
Propriedades de investimento		-	-
Participações financeiras em associadas e conjuntamente controladas	4	360.891	297.468
Participações financeiras em participadas	4	2.276	1.173
Activos disponíveis para venda		-	-
Outras contas a receber	12	98.652	83.741
Activos por impostos diferidos		202.644	200.034
Outros investimentos financeiros	15	4.041	4.789
Total de activos não correntes:		4.004.350	3.928.256
Activo corrente:			
Inventários	14	1.066.993	1.076.494
Clientes	13	881.811	987.704
Outras contas a receber	12	559.297	500.475
Activos disponíveis para venda		-	-
Outros investimentos financeiros	15	1.818	2.903
Imposto sobre o rendimento a receber		-	-
Imposto corrente sobre o rendimento a receber		-	-
Caixa e seus equivalentes	16	80.093	127.168
Total dos activos correntes:		2.590.012	2.694.744
Total do activo:		6.594.362	6.623.000
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	Março 2009	Dezembro 2008
Capital próprio:			
Capital social	17	829.251	829.251
Acções (quotas) próprias		-	-
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital		-	-
Prémios de emissão		82.006	82.006
Reservas de conversão		(21.085)	(27.449)
Outras reservas		174.480	174.480
Reservas de cobertura		(7.263)	(1.752)
Resultados Acumulados		1.137.308	1.144.432
Dividendos antecipados	22	-	(124.095)
Resultado líquido consolidado do exercício		43.843	116.971
Total do capital próprio atribuível aos accionistas:		2.238.540	2.193.844
Interesses minoritários		26.112	24.975
Total do capital próprio:		2.264.652	2.218.819
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Empréstimos	18	1.590.884	1.304.078
Empréstimos obrigacionistas	18	-	-
Outras contas a pagar	19	68.475	56.156
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios		258.554	255.896
Passivos por locações financeiras		-	-
Passivos por impostos diferidos		21.195	18.245
Outros instrumentos financeiros	21	9.940	3.014
Provisões	20	107.465	99.468
Total do passivo não corrente:		2.056.513	1.736.857
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	18	635.949	684.949
Empréstimos obrigacionistas	18	1.711	1.711
Fornecedores		737.839	993.266
Outras contas a pagar	19	892.983	982.021
Responsabilidades por benefícios de reforma, saúde e vida		-	-
Passivos por locações financeiras		-	-
Outros instrumentos financeiros	21	1.921	1.503
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar		2.794	3.874
Provisões		-	-
Total do passivo corrente:		2.273.197	2.667.324
Total do passivo:		4.329.710	4.404.181
Total do capital próprio e do passivo:		6.594.362	6.623.000

As notas anexas fazem parte integrante do balanço consolidado em 31 de Março de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Galp Energia, SGPS, SA e subsidiárias
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (NÃO AUDITADOS) POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008 (NÃO AUDITADO)
(IFRS/IAS)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Março 2009	Março 2008 reexpresso (a)
Proveitos operacionais:			
Vendas	5	2.839.200	3.460.617
Prestação de Serviços	5	87.399	32.191
Outros proveitos operacionais	5	29.312	20.449
Total de proveitos operacionais:		2.955.911	3.513.257
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	6	2.540.325	2.938.486
Fornecimentos e serviços externos	6	187.070	154.993
Custos com o pessoal	6	79.677	71.035
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de activos fixos	6	65.254	58.002
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	9.674	10.469
Outros custos operacionais	6	9.453	4.886
Total de gastos operacionais:		2.891.453	3.237.871
Resultados operacionais:		64.458	275.386
Proveitos financeiros	8	3.633	3.394
Custos financeiros	8	(18.976)	(12.663)
Ganhos (perdas) cambiais		(2.271)	869
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas	9	17.108	11.866
Rendimentos de instrumentos financeiros	21	12	(256)
Outros ganhos e perdas		(306)	(437)
Resultado antes de impostos:		63.658	278.159
Imposto sobre o rendimento		(18.095)	(80.513)
Resultado antes de interesses minoritários:		45.563	197.646
Resultado afecto aos interesses minoritários		(1.720)	(2.038)
Resultado líquido consolidado do exercício	10	43.843	195.608
Resultado por acção (valor em Euros)	10	0,05	0,24

(a) Valores reexpressos face às contas do primeiro trimestre de 2008

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o trimestre findo em 31 de Março de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES DOS GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS RECONHECIDOS NOS CAPITALS PRÓPRIOS PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008 (NÃO AUDITADO) (IFRS/IAS)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Março 2009	Março 2008
Resultado líquido consolidado do período (a)		43.843	195.608
<u>Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios:</u>			
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo)	4.727	(4.131)	
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas Associadas)	1.637	(2.497)	
Aumentos / diminuições reservas de cobertura	(6.962)	(413)	
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios resultantes de Empresas Associadas	(521)	-	
Imposto relacionado com as componentes de Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios	1.972	86	
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios líquidos de imposto		853	(6.955)
Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios antes de interesses minoritários:		44.696	188.653
Outros Ganhos e Perdas de interesses minoritários		1.137	1.171
Ganhos e Perdas consolidados reconhecidos nos Capitais Próprios:		45.833	189.824

(a) Resultado líquido do trimestre Março 2008 reexpresso (vide nota 2.2)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados consolidados por naturezas para o período findo em 31 de Março de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GALP ENERGIA, S.G.P.S., S.A. e Subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E DE 2008 (NÃO AUDITADO) (IFRS/IAS)
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2009	2008
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		3.220.761	5.204.567
Pagamentos a fornecedores		(2.363.892)	(4.266.542)
Pagamentos ao pessoal		(55.657)	(37.678)
Pagamentos/Recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(780.058)	(588.756)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(5.141)	(7.536)
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados		(2.688)	(2.864)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados		(2.207)	(2.485)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(153.405)	(19.627)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(142.287)	279.080
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		143	1.017
Subsídios de investimento		13.121	-
Juros e proveitos similares		163	802
Dividendos	22	-	509
		13.427	2.328
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras		(501)	161
Activos fixos tangíveis		(144.879)	(109.448)
Activos fixos intangíveis		(19.981)	(17.603)
Empréstimos concedidos		-	(223)
		(165.361)	(127.113)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(151.934)	(124.785)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		283.054	6.660
Juros e proveitos similares		295	1.148
Letras descontadas		1.671	1.122
		285.020	8.930
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(159.582)	(77.482)
Juros de empréstimos obtidos		(2.766)	(4.458)
Juros e custos similares		(12.250)	(5.532)
Reembolso de letras descontadas		(1.134)	(510)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(27)	(13)
Juros de contratos de locação financeira		-	(2)
Juros de empréstimos obrigacionistas		(45)	(276)
		(175.804)	(88.273)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		109.216	(79.343)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(185.005)	74.952
Efeito das diferenças de câmbio		11.786	(7.611)
Caixa e seus equivalentes no início do período		(238.835)	(16.910)
Variação de Perímetro	3	(9.582)	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	(421.636)	50.431

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o Trimestre findo em 31 de Março de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Galp Energia, SGPS, S.A e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008 (NÃO AUDITADO)

(Montantes expressos em milhares de Euros - milhões)

Movimentos do período	Notas	Capital social	Prémios de emissão de ações	Reservas de conversão	Outras reservas	Reservas de cobertura	Resultados acumulados	Dividendos antecipados	Resultado líquido do período	Sub-Total	Interesses minoritários	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2007 - reexpresso (a)		829.251	82.006	(22.818)	146.438	1.307	717.562	(126.046)	720.272	2.347.972	21.988	2.369.960
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	-	594.226	126.046	(720.272)	-	-	-
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	(6.628)	-	(327)	-	-	-	188.653	1.171	189.824
Total dos aumentos / diminuições directos no capital próprio		-	-	(6.628)	-	(327)	594.226	126.046	(524.664)	188.653	1.171	189.824
Saldo em 31 de Março de 2008		829.251	82.006	(29.446)	146.438	980	1.311.788	-	195.608	2.536.625	23.159	2.559.784
Saldo em 31 de Dezembro de 2008		829.251	82.006	(27.449)	174.480	(1.752)	1.144.432	(124.095)	116.971	2.193.844	24.975	2.218.819
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	-	(7.124)	124.095	(116.971)	-	-	-
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	6.364	-	(5.511)	-	-	43.843	44.696	1.137	45.833
Total dos aumentos / diminuições directos no capital próprio		-	-	6.364	-	(5.511)	(7.124)	124.095	(73.128)	44.696	1.137	45.833
Saldo em 31 de Março de 2009		829.251	82.006	(21.085)	174.480	(7.263)	1.137.308	-	43.843	2.238.540	26.112	2.264.652

(a) Valores Reexpressos face às demonstrações financeiras aprovadas no exercício de 2007 (vide demonstrações financeiras aprovadas 2008)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o ano findo em 31 de Março de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ÍNDICE DE NOTAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA	8
2. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS	12
3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	14
4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS	14
5. PROVEITOS OPERACIONAIS.....	15
6. CUSTOS OPERACIONAIS.....	17
7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	18
8. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS.....	20
9. RESULTADOS RELATIVOS A PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS E CONJUNTAMENTE CONTROLADAS	20
10. RESULTADOS POR ACÇÃO.....	22
11. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS.....	23
12. OUTRAS CONTAS A RECEBER	26
13. CLIENTES	28
14. INVENTÁRIOS	29
15. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	30
16. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	31
17. CAPITAL SOCIAL.....	31
18. EMPRÉSTIMOS	32
19. OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	35
20. PROVISÕES	37
21. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS	38
22. DIVIDENDOS	43
23. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	43
25. EVENTOS SUBSEQUENTES	43

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS****EM 31 DE MARÇO DE 2009 (NÃO AUDITADO)**

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA**a) Empresa mãe**

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sobre a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.”, tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual – Galp Energia, SGPS, S. A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.; GDP–Gás de Portugal, SGPS, S.A. e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. (“Transgás, S.A.” actualmente denominada por Galp Gás Natural, S.A.).

Parte das acções da Empresa representativas de 25,32% do capital Social encontram-se cotadas em bolsa, na Euronext Lisbon.

b) O Grupo

Em 31 de Março de 2009 o Grupo Galp (“Grupo”) é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem: (i) a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (“Petrogal”) e respectivas subsidiárias que desenvolvem as suas actividades de “upstream” e “downstream” na área do petróleo bruto e seus derivados; (ii) a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade na área do gás natural; (iii) a Galp Power, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade no sector da electricidade e energias renováveis e (iv) a Galp Energia, S.A., empresa que desenvolve os serviços de suporte corporativos.

b1) Actividade de “Upstream” e “Downstream” na área do petróleo bruto

A Petrogal é a única empresa a operar no sector da refinação de petróleos em Portugal e controla maioritariamente a distribuição de produtos refinados de petróleo através da marca GALP, da qual é proprietária. A Petrogal e as suas subsidiárias desenvolvem a sua actividade na área da exploração e produção (“upstream”) e da refinação e distribuição (“downstream”) de petróleo bruto e seus derivados.

b2) Actividade de Gás Natural

As empresas subsidiárias do Grupo GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. que têm actividade de: i) aprovisionamento venda a produtores de electricidade em regime ordinário e venda ao comercializador de último recurso grossista, nomeadamente através da Galp Gás Natural, S.A.; ii) armazenagem através da Transgás Armazenagem, S.A. e iii) distribuição e comercialização de gás natural, nomeadamente através da Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., que operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português, que tinham data de término em 2028 (ou 2034 no caso da Beiragás). Os contratos iniciais, excepto da Galp Gás Natural, S.A., estiveram em vigor até ao ano de 2007 (inclusive). Em 11 de Abril de 2008 foram assinados novos contratos de concessão com efeitos a 1 de Janeiro de 2008 e que terminam em 2045 no caso da actividade de armazenagem e 2047 no caso das actividades de distribuição e comercialização de gás natural ao abrigo da nova legislação para este sector. Findo este prazo, os bens afectos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens àquela data, líquido de amortizações, participações financeiras e subsídios a fundo perdido.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, que aprovou a estratégia nacional para a energia, estabelece como uma das linhas de orientação a liberalização e a promoção da concorrência nos mercados energéticos, através da alteração dos respectivos enquadramentos estruturais.

O decreto-lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, concretizando no plano normativo a linha estratégica da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, define para o sector do gás natural um quadro legislativo coerente e articulado com a legislação comunitária e os principais objectivos estratégicos aprovados na referida resolução. Neste quadro, são estabelecidos os princípios de organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural, bem como as regras gerais aplicáveis ao exercício das actividades de recepção, armazenamento e regaseificação de GNL, armazenamento subterrâneo, transporte, distribuição e comercialização, transpondo--se, desta forma, os princípios da Directiva n.º 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, tendo por finalidade o incremento de um mercado livre e concorrencial. A organização do Sistema Nacional de Gás Natural assenta fundamentalmente na exploração da rede pública de gás natural, constituída pela Rede Nacional de Transporte, Instalações de Armazenamento e Terminais e pela Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural. A exploração destas infra-estruturas processa-se através de concessões de serviço público, ou de licenças de serviço público no caso de redes locais autónomas de distribuição. Simultaneamente, nas condições a estabelecer em legislação complementar, permite-se a distribuição privativa de gás natural através de licença para o efeito.

A actividade de comercialização de gás natural é livre, ficando, contudo, sujeita a atribuição de licença pela entidade administrativa competente, definindo-se claramente o elenco dos direitos e dos deveres na perspectiva de um exercício transparente da actividade. No exercício da sua actividade, os comercializadores podem livremente comprar e vender gás natural. Para o efeito, têm o direito de acesso às instalações de armazenamento e terminais de GNL, às redes de transporte e às redes de distribuição, mediante o pagamento de uma tarifa regulada. O livre exercício de comercialização de gás natural fica sujeito ao regime transitório estabelecido para a abertura gradual do mercado, tendo em consideração o estatuto de mercado emergente e da derrogação que lhe está associada.

Nos termos referidos no decreto-lei, supra referido, as actividades que se integram na rede pública de gás natural, a comercialização de gás natural de último recurso e a operação logística de mudança de fornecedor estão sujeitas a regulação. Sem prejuízo das competências de outras entidades administrativas, a regulação sectorial é da competência da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (“ERSE”).

Por forma a concretizar a separação das actividades de distribuição e comercialização de gás natural foram assinados contratos entre as distribuidoras regionais e a Galp Gás Natural, S.A. relativamente à transmissão de activos regulados. Adicionalmente, foram constituídas empresas comercializadoras, nas regiões em que o número de clientes é superior a 100 mil, com vista à separação da actividade de comercialização da actividade de distribuição.

Em 12 de Julho de 2008 foi publicado o Despacho n.º 13/2008, no qual a entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (“ERSE”) procedeu à fixação de tarifas a aplicar pelas entidades que desenvolvem actividades reguladas para o ano gás 2008-2009 por forma a que sejam recuperados os proveitos permitidos para aquele período, conforme previsto no artigo 149º do Regulamento Tarifário.

O ano gás representa o período entre 01 de Julho de um ano até 30 de Junho do ano seguinte.

As tarifas a debitar aos clientes incluem a tarifa de energia, a tarifa de uso da rede de transporte, a tarifa de uso global do sistema de gás natural, a tarifa de uso da rede de distribuição, e ainda a tarifa de comercialização, que remuneram as actividades reguladas.

No âmbito do referido regulamento as Empresas do Grupo desenvolvem as actividades de armazenagem, distribuição e comercialização de último recurso de gás natural.

b3) Actividade de Geração de Energia

As empresas subsidiárias do Grupo Galp Power desenvolvem as actividades relacionadas com a produção e comercialização de energia eléctrica e térmica.

c) Actividade

A actividade do Grupo Galp Energia compreende os seguintes negócios:

- O segmento de negócio de Exploração e Produção (“E&P”) é responsável pela presença da Galp Energia no sector “*upstream*” da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as actividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente em Angola, Brasil, Moçambique e Timor-Leste.
- O segmento de negócio de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos (“Refinação e Distribuição”) detém as duas únicas refinarias existentes em Portugal e inclui ainda todas as actividades de comercialização, a retalho e grossista, de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de Refinação e Distribuição controla igualmente a maior parte das infra-estruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal, as quais se encontram estrategicamente localizadas, quer para a exportação quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo. Esta actividade de comercialização a retalho com a marca Galp, estende-se ainda a Espanha, Moçambique, Guiné Bissau, Gâmbia e Suazilândia com subsidiárias totalmente detidas pelo grupo e “joint-ventures” em Angola e Cabo Verde.
- O segmento de negócio de Gás e Power abrange as áreas de negócio de Aprovisionamento, Comercialização e Distribuição de Gás Natural e a cogeração de energia.
 - A área de Aprovisionamento e Comercialização de Gás Natural destina-se a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 milhões de m³, a empresas produtoras de electricidade e às empresas integradas comercializadoras de gás natural e às UAG ‘s (“Unidades Autónomas de Gás”). A Galp também mantém os contratos de aprovisionamento de longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, por forma a satisfazer a procura dos seus clientes.
 - A área de Distribuição e Comercialização de Gás Natural, em conjunto com as empresas distribuidoras e comercializadoras de gás natural nas quais a Galp Energia detém participações significativas, tem em vista a venda de gás natural a clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos anuais inferiores a 2 milhões de m³.
 - A área de Power produz actualmente energia eléctrica e térmica que fornece a grandes clientes industriais. Actualmente a Galp Energia detém participações em cinco centrais de cogeração com uma capacidade instalada total de 80 MW. Adicionalmente, detém participação em parques eólicos e central ou centrais de ciclo combinado, os quais se encontram ainda em fase de investimento.

As Demonstrações Financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

2. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações consolidadas do grupo Galp Energia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, efectivas para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2005. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IFRS".

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras consolidadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira consolidada intercalar preparada ao abrigo da IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar. Assim, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportáveis de Activos e Passivos, assim como as quantias reportáveis de Proveitos e Custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram contudo efectuadas, com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

A 31 de Março de 2009, as emendas à IFRS1 - "Adopção pela primeira vez de normas internacionais de relato financeiro" e IAS 27 - "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" denominadas como "Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada", aprovadas e publicadas no JOUE ("Jornal Oficial da União Europeia") em 23 de Janeiro de 2009, têm aplicação a partir de 1 de Janeiro de 2009. O Grupo não prevê alterações significativas na sua adopção. A 31 de Março de 2009, encontra-se igualmente aprovadas e publicadas no JOUE os Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro que foram aprovadas em 23 de Janeiro de 2009 e têm aplicação a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 30 de Junho de 2009. O Grupo não prevê alterações na aplicação desses melhoramentos. A interpretação IFRIC 12 - "Acordos de concessão de serviços" foi aprovada e publicada no JOUE em 25 de Março de 2009 e tem aplicação o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que se inicie após três dias da data de aprovação e publicação da interpretação no JOUE. O grupo encontra-se a estudar os impactos da implementação da interpretação.

Durante o primeiro trimestre do ano de 2009 foram somente divulgadas as variações materiais exigidas pelo normativo IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações. Para as restantes divulgações pedidas por este normativo, consultar o anexo consolidado a Dezembro de 2008.

2.1 Alteração de políticas contabilísticas

No primeiro trimestre de 2009 a Galp alterou a política de contabilização das participações em empresas de controlo accionista conjunto. Até ao final de 2008 a Galp Energia consolidou pelo método proporcional todas as suas participações em empresas conjuntamente controladas com outras entidades, suportadas pela IAS 31. Porém, esta norma admite igualmente, como tratamento alternativo, a adopção do método da equivalência patrimonial (MEP).

O IASB (International Accounting Standard Board), entidade que procede ao estudo e revisão sistemática das normas IAS/IFRS, publicou a este propósito em Setembro de 2007 um “Exposure Draft” n.º 9 (ED9) no qual põe em causa a utilização do método proporcional no registo das participações de controlo conjunto, na medida em que nestas situações as entidades participantes não dispõem individualmente do controlo efectivo da sua quota parte dos activos ou não são responsáveis pela quota parte dos respectivos passivos. Recomenda-se neste ED9 a adopção do MEP em substituição do método de consolidação proporcional, à semelhança do que também acontece nas empresas que aplicam as USGAAP.

Apesar de se ter atrasado a aplicação do ED9, inicialmente prevista para o primeiro trimestre de 2009, a Galp Energia, uma vez que concorda com os fundamentos deste “Exposure Draft” e dado ser um tratamento alternativo já permitido pelas IAS 31, decidiu alterar a contabilização das participações em empresas de controlo accionista conjunto do método de consolidação proporcional para o método de equivalência patrimonial, a partir do primeiro trimestre de 2009.

Não sendo praticável refazer o consolidado das contas do Grupo Galp Energia retrospectivamente para todo o ano de 2008 a Companhia não irá apresentar contas reexpressas com a alteração desta política contabilística. Porém, seguirá escrupulosamente as recomendações contidas na IAS 31, no que se refere às divulgações a apresentar.

As empresas envolvidas nesta alteração de política contabilística são: a Sigás, a ASA, a CLC, a Caiageste e o Grupo Ventinveste.

O Grupo Galp Energia decidiu no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 alterar a sua política contabilística quanto à classificação na demonstração de resultados de determinados custos e proveitos abaixo discriminados, tendo efectuado reexpressão na informação relativa ao trimestre findo em 31 de Março de 2008 apresentada para efeitos comparativos.

- (i) Em 2008 foi alterado o critério valorimétrico das saídas de inventários de FIFO para Custo Médio Ponderado (CMP). A Galp Energia utilizava o critério FIFO desde 2004, altura em que começou a adoptar as IAS/IFRS, uma vez que o critério LIFO não é aceite por esses normativos. No entanto, tendo em consideração a variedade de stocks existentes na Galp Energia, e as respectivas localizações geográficas, verificou-se que o critério CMP é o mais adequado à realidade da empresa e já amplamente utilizado pelas empresas do sector. Para tornar os períodos comparáveis, estas alterações foram repercutidas no primeiro trimestre de 2008.

Os impactos no trimestre nas rubricas da demonstração de resultados consolidada das alterações das políticas contabilísticas ocorridas no ano de 2008 podem ser resumidos como segue:

Demonstração de Resultados:

Rubricas	Reexpresso Março 2008	Efeito da alteração para custo médio ponderado	Março 2008
Custo das vendas (Nota 6)	2.938.486	(28.118)	2.966.604
Imposto sobre o rendimento	(80.513)	(7.735)	(72.778)

Para esclarecimentos adicionais sobre as demais políticas contabilísticas seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas intercalares e outras informações, consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2008 e o respectivo anexo.

3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Durante o primeiro trimestre de 2009, o perímetro de consolidação foi alterado face a 31 de Dezembro de 2008, na medida em que as empresas conjuntamente controladas que consolidavam pelo método proporcional passaram a ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial (vide Nota 2.1).

A informação contabilística a 31 de Março de 2009 sobre as empresas conjuntamente controladas encontra-se evidenciada na Nota 9.

4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

No primeiro trimestre de 2009 não houve recebimento de dividendos.

5. PROVEITOS OPERACIONAIS

Seguidamente apresenta-se o detalhe dos rendimentos operacionais do Grupo durante os trimestres findos em 31 de Março de 2009 e 2008:

Rubricas	Março 2009	Março 2008
Vendas:		
de mercadorias	1.574.618	1.259.904
de produtos	1.264.582	2.200.713
	<u>2.839.200</u>	<u>3.460.617</u>
Prestações de serviços	<u>87.399</u>	<u>32.191</u>
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	12.447	10.870
Ganhos em imobilizações	1.435	14
Subsídios à exploração	610	1.633
Trabalhos para a própria empresa	1.905	906
Outros	<u>12.915</u>	<u>7.026</u>
	<u>29.312</u>	<u>20.449</u>
	<u><u>2.955.911</u></u>	<u><u>3.513.257</u></u>

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

A repartição geográfica das vendas está expressa na Nota 7.

O incremento da rubrica de prestações de serviços decorre essencialmente das alterações regulatórias introduzidas no sector do gás natural.

De acordo com o regulamento ERSE e consequente separação de actividades de distribuição e comercialização de gás natural a remuneração relativa à actividade de distribuição passou a ser classificada na rubrica de prestações de serviços. Adicionalmente, por deter o risco de crédito associado à cobrança a clientes finais de gás natural das tarifas de utilização da rede de transporte e uso global do sistema debitados ao grupo pela Empresa REN Gasodutos, os quais ascendem ao montante de mEuros 4.445.

O grupo reconheceu os montantes que são debitados na rubrica de custo das vendas de mercadorias (Nota 6) e o respectivo proveito facturado aos seus clientes, bem como a diferença entre o montante facturado e o montante incorrido como custo na rubrica de prestações de serviços.

A rubrica de vendas inclui o montante de mEuros 14.778 relativo à diferença entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do grupo e os preços de venda definidos pela ERSE para o ano gás 2008-2009, os quais são actualizados trimestralmente.

A rubrica de proveitos suplementares inclui essencialmente proveitos relativos a taxas de exploração, taxas de espaços publicitários, taxas de lavagens automáticas, entre outras debitadas a revendedores por utilização da marca GALP.

6. CUSTOS OPERACIONAIS

Os resultados dos trimestres findos em 31 de Março de 2009 e 2008 foram afectados pelas seguintes rubricas de custos operacionais:

Rubricas	Março 2009	Março 2008
Custo das Vendas:		
Mercadorias	998.441	744.766 (a)
Matérias primas e subsidiárias	816.301	1.657.868 (a)
Imposto sobre petróleo	860.577	593.414
Variação da produção	250.076	(71.315) (a)
Reduções ao inventário	(382.826)	12.448 (a)
Derivados Financeiros	(2.244)	1.305
	2.540.325	2.938.486 (a)
Fornecimento e serviços externos:		
Subcontratos	1.190	2.048
Rendas e alugueres	20.859	12.071
Conservação e reparação	14.360	13.366
Publicidade	3.605	5.261
Transporte de mercadorias	29.591	21.497
Seguros	12.247	5.119
Comissões	6.037	2.938
Armazenagem e enchimento	18.357	13.621
Serviços e taxas portuárias	2.935	4.412
Outros serviços especializados	52.360	52.751
Outros fornecimentos e serviços externos	15.558	11.942
Outros custos	9.971	9.967
	187.070	154.993
Custos com o pessoal:		
Remunerações órgãos sociais (Nota 23)	1.208	1.228
Remunerações do pessoal	51.709	48.691
Encargos sociais	13.255	10.264
Benefícios de reforma - pensões e seguros	10.254	7.970
Outros seguros	1.866	1.821
Outros gastos	1.385	1.061
	79.677	71.035
Amortizações, depreciações e imparidades:		
Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis (Nota 11)	58.871	51.358
Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis (Nota 11)	6.383	6.644
	65.254	58.002
Provisões e imparidade de contas a receber		
Provisões e reversões (Nota 20)	8.011	9.237
Provisões para pensões	-	(73)
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 13)	6.755	1.245
Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 12)	(5.092)	60
	9.674	10.469
Outros custos operacionais		
Outros impostos	2.756	239
Perdas em Imobilizações	(234)	215
Outros custos operacionais	6.931	4.432
	9.453	4.886
	2.891.453	3.237.871 (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.1.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas inclui o montante de mEuros 4.445 relativos a custos debitados pela Ren Gasodutos conforme explicado na Nota 5. Adicionalmente a Ren Gasodutos debita à Galp Gás Natural a utilização efectuada da rede nacional de transporte de gás natural cujo montante no trimestre findo em 31 de Março de 2009 ascendeu a mEuros 9.871.

O montante de mEuros 12.247 na rubrica de seguros inclui o montante de mEuros 7.000 referente ao risco assumido pela subsidiária Tagus RE, relativo ao incêndio ocorrido em Janeiro de 2009 na refinaria de Sines.

A diminuição verificada na rubrica de reduções ao inventário ficou a dever-se à reversão da provisão constituída em Dezembro de 2008 devido a maior estabilidade das cotações internacionais dos produtos petrolíferos que se aproximaram ou ultrapassaram os valores contabilísticos.

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Segmentos de negócio

Por questões estratégicas, o grupo está actualmente organizado em quatro segmentos de negócio, com as seguintes unidades de negócio:

- Gás e Power;
- Refinação e Distribuição de produtos Petrolíferos;
- Exploração e Produção;
- Outros.

Relativamente ao segmento de negócio “outros”, o grupo considerou a empresa holding Galp Energia, S.G.P.S., S.A., e empresas com actividades distintas nomeadamente a Tagus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A..

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 31 de Março de 2009 e 2008 relativamente ao resultado das operações e a 31 de Março de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 relativamente à informação financeira relativa ao balanço:

	Aprovisionamento e Transporte de Gás Natural		Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos		Exploração e Produção		Electricidade		Outros		Eliminações		Consolidado	
	2009	2008 Reexpresso (a)	2009	2008 Reexpresso (a)	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008 Reexpresso (a)
Proveitos														
Vendas e Prestações Serv	419.849	442.952	2.511.033	3.056.481	10.299	65.249	9.304	6.796	28.913	28.107	(52.798)	(106.776)	2.926.599	3.492.809
Inter-segmentais	27.298	14.756	252	479	446	65.249	54		24.748	26.292	(52.798)	(106.776)	-	-
Externas	392.551	428.196	2.510.781	3.056.002	9.854	-	9.250	6.796	4.165	1.815	-	-	2.926.599	3.492.809
EBITDA (1)	42.993	105.935	80.389	178.810	15.871	54.329	1.504	877	(1.533)	4.104	163	(200)	139.385	343.855
Gastos não Desembolsáveis														
Amortizações e Ajustamentos	(6.052)	(7.438)	(41.418)	(35.213)	(16.912)	(14.470)	(766)	(753)	(106)	(129)	-	-	(65.254)	(58.002)
Provisões (liq.)	(6.731)	(8.560)	(647)	(1.199)	(1.548)	(750)	(0)	(2)	(748)	41	-	-	(9.674)	(10.469)
Resultados Segmentais	30.210	89.937	38.324	142.399	(2.589)	39.109	737	123	(2.388)	4.016	163	(200)	64.458	275.386
Resultados Financeiros	7.861	9.808	(13.115)	(6.273)	513	(594)	(628)	(426)	4.732	56	(163)	200	(800)	2.772
Imposto sobre o Rendimento	(7.937)	(23.592)	(3.153)	(33.794)	(4.762)	(22.211)	(84)	105	(2.157)	(1.020)	-	-	(18.095)	(80.512)
Interesses Minoritários	(1.114)	(1.569)	(304)	(257)	-	-	(302)	(212)	-	-	-	-	(1.720)	(2.038)
Resultados Líquido IFRS/IAS	29.019	74.585	21.752	102.074	(6.837)	16.303	(277)	(410)	187	3.053	(0)	0	43.843	195.608

Em 31 de Março de 2009 e 31 Dezembro 2008

OUTRAS INFORMAÇÕES

Activos do Segmento (2)

Investimento Financeiro (3)	100.800	86.874	261.918	211.301	-	-	-	17	449	450	-	-	363.166	298.642
Outros Activos	1.441.758	1.430.503	4.121.632	4.407.717	729.483	693.494	144.723	141.823	1.713.701	1.551.120	(1.920.101)	(1.900.298)	6.231.196	6.324.358
Activos Totais Consolidados	1.542.558	1.517.376	4.383.549	4.619.019	729.483	693.494	144.723	141.840	1.714.150	1.551.570	(1.920.101)	(1.900.298)	6.594.362	6.623.000
Passivos Totais Consolidados	932.963	938.545	3.387.748	3.600.320	256.493	239.458	142.446	139.552	1.530.161	1.386.604	(1.920.101)	(1.900.298)	4.329.710	4.404.180

(1) EBITDA = Resultados Segmentais/EBIT + Amortizações+Provisões

(2) Quantia líquida.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

(a) Valores reexpressos face às contas divulgadas do 1º trimestre 2008

8. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a rendimentos e gastos financeiros para os trimestres findos em 31 de Março de 2009 e 2008 é como segue:

	Março 2009	Março 2008
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros de depósitos bancários	2.113	1.230
Outros proveitos financeiros	504	1.392
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas	1.016	772
	<u>3.633</u>	<u>3.394</u>
<u>Custos financeiros</u>		
Juros de empréstimos e descobertos bancários	(18.194)	(6.389)
Juros capitalizados nos activos fixos	2.459	408
Securitização de contas a receber - Encargos Financeiros	-	(2.791)
Outros custos financeiros	(3.067)	(3.750)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas	(174)	(141)
	<u>(18.976)</u>	<u>(12.663)</u>

A variação da rubrica de juros de Março de 2009 face Março de 2008 deve-se a um aumento de empréstimos obtidos que ocorreu no último trimestre de 2008, resultante da alteração do perímetro que ocorreu em Dezembro de 2008.

O Grupo acordou como política capitalizar nos activos fixos tangíveis e intangíveis em construção os juros suportados com a obtenção de empréstimos. A percentagem de capitalização dos juros suportados é proporcional ao montante do investimento efectuado, de acordo com o preconizado no normativo contabilístico relativo aos custos dos empréstimos obtidos.

Durante o exercício de 2008 cessou a operação de securitização com a Galp Investment Fund.

9. RESULTADOS RELATIVOS A PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS E CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

Investimentos em empresas associadas

Os resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas dos trimestres findos em 31 de Março de 2009 e 2008 detalham-se da seguinte forma:

	Março 2009	Março 2008
Empresas Associadas		
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	9.197	7.728
CLH - Companhia Logística de Hidrocarbonos, S.A.	1.489	1.764
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	1.295	1.012
Gasoduto Extremadura, S.A.	965	965
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	793	766
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	694	-
Galp Energia Portugal Holding B.V.	(325)	n.a.
Outras (Perdas) / Ganhos líquidos	681	(369)
	14.789	11.866

Investimentos em empresas conjuntamente controladas

Os resultados relativos a participações financeiras em empresas conjuntamente controladas dos trimestres findos em 31 de Março de 2009 detalha-se da seguinte forma:

	Março 2009
Empresas Conjuntamente Controladas	
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	2.312
Outras (Perdas) / Ganhos líquidos	7
	2.319

As empresas conjuntamente controladas foram contabilizadas ao método de equivalência patrimonial a 31 de Março de 2009, resultante da adopção de nova política contabilística expressa na Nota 2.1. A informação contabilística individual a 31 de Março de 2009 é evidenciada no quadro seguinte:

Empresas conjuntamente controladas	Informação contabilística (a)					Resultado exercício
	Percentagem de capital detido	Activos	Passivos	Proveitos	Custos	
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	65,00%	193.712	(124.373)	9.915	(6.358)	3.557
Calageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	50,00%	400	(355)	197	(210)	(13)
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	60,00%	23.700	(23.563)	1.904	(1.767)	137
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	50,00%	198	(181)	209	(205)	4
Ventinveste, S.A. (b)	34,00%	20.198	(19.450)	180	(376)	(196)
		238.208	(167.922)	12.405	(8.916)	3.489

(a) Informação contabilística das demonstrações financeiras individuais.

(b) Os montantes representam o Grupo Ventinveste conjuntamente controlado ao método de equivalência patrimonial.

10. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 31 de Março de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	Março 2009	Março 2008
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido consolidado do período)	43.843	195.608 (a)
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (Nota 17)	829.250.635	829.250.635
Resultado por acção básico (valores em Euros):	0,05	0,24 (a)

(a) O resultado líquido do primeiro trimestre de 2008 e o resultado por acção básico foram reexpressos tendo em conta as alterações de política contabilística referida na Nota 2.1.

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por acção diluído é igual ao resultado líquido por acção básico.

11. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

	Março 2009			Dezembro 2008		
	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Activo Líquido	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Activo Líquido
Activos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	265.257	(3.181)	262.076	270.807	(3.087)	267.720
Edifícios e outras construções	825.581	(488.827)	336.754	856.579	(501.737)	354.842
Equipamento básico	4.031.217	(2.945.077)	1.086.140	4.167.658	(3.007.586)	1.160.072
Equipamento de transporte	24.543	(20.023)	4.520	24.525	(21.025)	3.500
Ferramentas e utensílios	5.323	(3.986)	1.337	4.959	(3.878)	1.081
Equipamento administrativo	152.573	(122.880)	29.693	154.559	(126.437)	28.122
Taras e vasilhame	157.476	(139.968)	17.508	157.316	(138.730)	18.586
Outras imobilizações corpóreas	156.574	(94.422)	62.152	156.740	(91.787)	64.953
Imobilizações em curso	912.025	-	912.025	853.086	-	853.086
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	5.554	-	5.554	8.180	-	8.180
	6.536.123	(3.818.364)	2.717.759	6.654.409	(3.894.267)	2.760.142
Activos Intangíveis						
Despesas de instalação	4.532	(4.128)	404	4.495	(3.979)	516
Despesas de investigação e de desenvolvimento	2.585	(1.978)	607	6.717	(5.912)	805
Propriedade industrial e outros direitos	352.274	(166.390)	185.884	319.620	(147.971)	171.649
Reconversão de consumos para gás natural	271.171	(68.459)	202.712	268.847	(66.933)	201.914
Trespases	42.430	(11.158)	31.272	29.224	(11.125)	18.099
Imobilizações em curso	12.019	-	12.019	15.042	-	15.042
Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas	298	-	298	1.378	-	1.378
	685.309	(252.113)	433.196	645.323	(235.920)	409.403

Os activos fixos tangíveis e intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida pelo Grupo e que se encontra descrita no Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de activos tangíveis e intangíveis (essencialmente reconversões para gás natural) são registados no activo, como dedução aos respectivos bens, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como dedução às amortizações do exercício, proporcionalmente às amortizações respectivas dos activos subsidiados.

Principais incidências durante o primeiro trimestre de 2009:

Relativamente ao sub-grupo GDP (aprovisionamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural) as principais variações do trimestre ao nível do activo bruto nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- Aumento de mEuros 5.791 na empresa LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., referentes a redes, ramais, contadores, outras infra-estruturas e reconversões de consumo para gás natural;

- Aumento de mEuros 3.277, na empresa Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A., são referentes a redes, ramais, contadores e outras infra-estruturas e a reconversões de consumo para gás natural.

Relativamente ao sub-grupo Petrogal (exploração, produção, refinação e distribuição de produtos petrolíferos) as principais variações do trimestre nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- Aumento de custos de exploração e desenvolvimento da actividade de exploração de petróleo bruto em Angola no Bloco 32, Bloco 33, Bloco 14 e Bloco 14 k nos montantes de mEuros 284, mEuros 439, mEuros 19.494 e mEuros 474, respectivamente e em Moçambique Bloco Rovuma no montante de mEuros 38;
- Aumento de custos em pesquisa em blocos operados e não operados no Brasil no montante de mEuros 14.029;
- mEuros 2.825 relativos essencialmente à modernização de equipamentos de postos de abastecimento, lojas de conveniência, expansão de actividade e desenvolvimento do sistema de informação;
- mEuros 13.079 relativos a investimentos nas refinarias de Sines e Porto, mEuros 17.845 relativos a projectos de conversão nas refinarias de Sines e do Porto ;
- mEuros 1.244 relativos à modernização da linha de enchimento de garrafas de gás, nomeadamente para adaptação de redes e aquisição de novas garrafas;
- No seguimento da renovação da frota de navios existentes, procedeu-se à alienação do navio Galp Leixões pelo montante de mEuros 1.403, registado pelo montante de mEuros 24.617 encontrando-se totalmente amortizado, e desta forma apresenta um valor nulo de Activo líquido;
- No decurso do primeiro trimestre de 2009 foram abatidos bens de natureza tangível e intangível nos montantes de mEuros 1.703 e mEuros 320 respectivamente, os quais se encontravam na sua maioria totalmente amortizados.

A repartição dos activos fixos tangíveis e intangíveis em curso, em 31 de Março de 2009, é composta como segue:

	Activo bruto	Subsídios ao investimento	Activo deduzido de subsídios
Pesquisa e exploração de petróleo em Angola e Congo	329.407	-	329.407
Investimentos industriais afectos às Refinarias	135.720	-	135.720
Projectos de conversão das refinarias de Sines e do Porto	120.810	-	120.810
Pesquisa e exploração de petróleo no Brasil	107.725	-	107.725
Centrais de cogeração nas refinarias de Sines e do Porto	83.064	-	83.064
Renovação e expansão da rede	58.505	(722)	57.783
Outras pesquisas na costa portuguesa, Moçambique e Timor	17.336	-	17.336
Substituição dos braços de carga do terminal e tubagens do Porto Leixões	12.436	-	12.436
Central de ciclo combinado - Sines	10.436	-	10.436
Armazenagem subterrânea de gás natural	7.929	(1.938)	5.991
Construção de navio	5.792	-	5.792
Pesquisa de gás em Angola	4.642	-	4.642
Outros projectos	33.122	(220)	32.902
	<u>926.924</u>	<u>(2.880)</u>	<u>924.044</u>

Da diminuição ocorrida nas amortizações acumuladas e imparidades entre 31 de Março de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, no montante de mEuros 59.710, sendo repartido da seguinte forma: (i) mEuros 124.964 de redução relativos a abates de bens e regularização por saída do perímetro conforme Nota 3, (ii) mEuros 65.254 de aumento registado por contrapartida de amortizações e imparidades (Nota 6).

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 31 de Março de 2009 e 31 de Dezembro de 2008:

Rubricas	Março 2009		Dezembro 2008	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos:				
IRC - Pagamentos especiais por conta	21	-	21	-
ISP	-	-	-	-
IVA - Reembolsos solicitados	9.728	-	19.413	-
Outros	669	-	1.512	-
Imposto sobre produtos petrolíferos ("ISP")	19.082	-	25.595	-
Reembolso de IVA de clientes	-	-	20.617	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	40.604	-	20.317	-
Outras contas a receber - emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas	11.389	15.058	19.433	764
Empréstimos a emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, participadas e relacionadas	(24)	46.197	10.543	43.260
Contas a receber do consórcio do bloco 14 em Angola (excesso de "profit-oil" a receber)	9.058	-	9.058	-
Adiantamentos a fornecedores	14.569	-	8.082	-
Contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações	6.780	-	6.951	-
Adiantamento ao operador Petrobrás	4.948	-	5.186	-
Subsídios a receber	320	-	2.758	-
Processo Spanish Bitumen	-	-	2.568	-
Fundo de pensões recuperação de desembolsos	2.150	-	2.117	-
Pessoal	1.828	-	2.069	-
Meios de pagamento	4.854	-	1.767	-
Empréstimos a clientes	541	2.335	547	2.239
Depósitos bancários cativos a empréstimo do BEI	-	-	-	96
Outras contas a receber	107.655	5.119	85.938	5.238
	<u>234.172</u>	<u>68.709</u>	<u>244.492</u>	<u>51.597</u>
Acréscimos de proventos:				
Vendas e prestações de serviços realizadas e não facturadas	155.434	-	121.142	-
Swap Petróleo bruto Bloco 14	-	-	12.028	-
Juros a receber	4.671	-	3.237	-
Venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimentos	3.203	-	2.188	-
Rappel a receber sobre compras	936	-	1.708	-
Encargos de estrutura e gestão a debitar	6.302	-	-	-
Proventos permitidos - regulação ERSE	6.770	-	6.886	-
Acerto Desvio tarifário	47.103	-	32.325	-
Compensações pela uniformidade tarifária	3.398	-	-	-
Idmenizações da receber	4.038	-	-	-
Outros acréscimos de proventos	23.841	-	21.054	-
	<u>255.696</u>	<u>-</u>	<u>200.568</u>	<u>-</u>
Custos diferidos:				
Despesas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	46.047	-	43.349	-
Benefícios de reforma	-	29.942	-	31.959
Custos com catalizadores	5.956	-	6.527	-
Encargos com rendas pagas antecipadamente	2.073	-	2.099	-
Juros e outros encargos financeiros	640	-	727	37
Seguros pagos antecipadamente	7.797	-	349	-
Outros custos diferidos	11.874	1	12.986	148
	<u>74.387</u>	<u>29.943</u>	<u>66.037</u>	<u>32.144</u>
	<u>564.255</u>	<u>98.652</u>	<u>511.097</u>	<u>83.741</u>
Imparidade de outras contas a receber	(4.958)	-	(10.622)	-
	<u>559.297</u>	<u>98.652</u>	<u>500.475</u>	<u>83.741</u>

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido durante o primeiro trimestre de 2009 na rubrica de imparidades de outras contas a receber:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo Final
Outras contas a receber	10.622	116	(5.208)	-	(572)	4.958

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de outras contas a receber no montante líquido de mEuros 5.092 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

O montante de mEuros 19.082 na rubrica de outras contas a receber - ISP refere-se ao montante a receber da Alfândega relativo à isenção de ISP para os biocombustíveis que se encontram em regime de suspensão de imposto conforme circular n.º 79/2005 de 6 de Dezembro.

O montante de mEuros 6.780 no activo corrente correspondem aos contratos de Cessão de Direitos de Utilização de Infra-estruturas de Telecomunicações celebrados, dos quais o mais significativo é o contrato de cedência efectuado entre a Gás Natural, S.A. e a Onitelecom em 1 de Julho de 1999 por um período de 20 anos, e encontra-se a ser recebido em prestações iguais anuais e sucessivas no valor unitário de mEuros 5.860 até 31 de Julho de 2009, sendo cada uma das prestações acrescida de juros à taxa de mercado. Os proveitos decorrentes deste contrato de cessão de direitos de utilização, encontram-se diferidos na rubrica de outras contas a pagar no passivo e são reconhecidos em resultados pelo método das quotas constantes durante o período dos contratos, que terminam em 1 de Junho de 2019.

A rubrica de meios de pagamento no montante de mEuros 4.854 diz respeito a valores a receber por vendas efectuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 31 de Março de 2009 se encontravam pendentes de recebimento.

O montante de mEuros 26.447 registado na rubrica “outras contas a receber - empresas associadas e empresas conjuntamente controladas, relacionadas e participadas” refere-se a contas a receber de empresas que não foram consolidadas pelo método de integração global.

A rubrica de outras contas a receber – fundo de pensões recuperação de desembolsos no montante de mEuros 2.150 diz respeito aos valores a receber do BPI Pensões pelos montantes de pensões processados em Março e ainda não reembolsados.

A rubrica de acréscimos de proveitos - vendas ainda não facturadas no montante de mEuros 155.434, refere-se essencialmente à facturação de consumo de gás natural a emitir a clientes no mês seguinte, corresponde à facturação a emitir pela Galp Gás Natural, S.A., e Transgás, S.A., nos montantes de, respectivamente, mEuros 83.528 e mEuros 39.963.

O montante de mEuros 4.671 registado na rubrica de acréscimos de proveitos - juros a receber, inclui mEuros 2.826 correspondente a juros de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas a debitar a E3G-Telecomunicações, S.A..

A rubrica de acréscimos de proveitos – venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento, no montante de mEuros 3.203 diz respeito a consumos efectuados até 31 de Março de 2009 através do cartão Galp Frota e que irão ser facturados no mês seguinte.

As despesas registadas em custos diferidos relativas a contratos de arrendamento de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respectivo período de concessão, o qual varia entre 20 e 25 anos.

13. CLIENTES

A rubrica de clientes, em 31 de Março de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, apresentava o seguinte detalhe:

RUBRICAS	Março 2009	Dezembro 2008
Cientes conta corrente	848.727	955.952
Cientes de cobrança duvidosa	111.477	100.984
Cientes - títulos a receber	15.211	14.813
	975.415	1.071.749
Imparidades de contas a receber	(93.604)	(84.045)
	881.811	987.704

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes, que originou um custo líquido no montante de mEuros 6.755 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

O movimento das imparidades e ajustamentos de clientes no trimestre findo em 31 de Março de 2009 foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo final
Ajustamentos Clientes	84.045	9.143	(2.388)	(115)	2.919	93.604

14. INVENTÁRIOS

A rubrica de inventários apresentava o seguinte detalhe, em 31 de Março de 2009 e 31 de Dezembro de 2008:

<u>RUBRICAS</u>	<u>Março 2009</u>	<u>Dezembro 2008</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	182.797	211.866
Outras matérias-primas e materiais diversos	39.355	37.732
Matérias-primas em trânsito	49.479	64.960
	<u>271.631</u>	<u>314.558</u>
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(6.804)	(114.370)
	<u>264.827</u>	<u>200.188</u>
 Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	211.620	421.473
Produtos intermédios	209.169	277.135
Produtos acabados em trânsito	8.376	758
	<u>429.165</u>	<u>699.366</u>
Ajustamento de produtos acabados e intermédios	(33.808)	(210.737)
	<u>395.357</u>	<u>488.629</u>
 Produtos e trabalhos em curso	69	223
 Mercadorias	438.512	522.545
Mercadorias em trânsito	127	383
	<u>438.639</u>	<u>522.928</u>
Ajustamentos de mercadorias	(31.945)	(135.520)
	<u>406.694</u>	<u>387.408</u>
 Adiantamento por conta de compras	46	46
	<u>1.066.993</u>	<u>1.076.494</u>

Em 31 de Março de 2009, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 438.512, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra no gasoduto no montante de mEuros 74.336, a existências de produtos derivados de petróleo bruto da subsidiária Galp Energia España, S.A., Galp Distribución Oil España, S.A.U., Galp Distribuição Portugal, S.A., e o Grupo Galp Comercializacion Oil España, S.L. nos montantes de mEuros 278.55, mEuros 17.357, mEuros 4.993 e mEuros 17.136 respectivamente.

Em 31 de Março de 2009, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 166.275 e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas (Nota 19).

Em Novembro de 2004, a Petrogal em conjunto com a Petrogal Trading Limited celebraram um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE (EGREP) ao abrigo do previsto no Decreto - Lei n.º 339-D/2001, de Dezembro. No âmbito deste contrato celebrado em 2004, o crude adquirido pela EGREP, o qual não se encontra registado nas demonstrações financeiras do Grupo, encontra-se armazenado nas instalações da Petrogal, de uma forma não segregada e deverá permanecer armazenado de modo a que a EGREP o possa auditar, sempre que entender, em termos da sua quantidade e qualidade. De acordo com o referido contrato, a Petrogal obriga-se a permutar o crude vendido por produtos acabados quando a EGREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

15. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Março de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica outros investimentos financeiros não correntes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Março 2009	Dezembro 2008
Outros Títulos e Investimentos	4.041	4.789
	4.041	4.789

Em 31 de Março de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 os instrumentos financeiros encontram-se registados pelo seu justo valor respectivo reportado aquelas datas (Nota 21).

Em 31 de Março de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica outros investimentos financeiros correntes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Março 2009	Dezembro 2008
Derivados sobre Commodities (Nota 21)	-	114
Derivados sobre Taxa de Juro (Nota 21)	-	-
Instrumentos financeiros	-	114
Ações em empresas Participadas	7	7
Depósitos a prazo	1.811	1.884
Depósitos à ordem	-	898
Outros investimentos correntes (Nota 16)	1.818	2.789
	1.818	2.903

16. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Março de 2009 e 31 de Março de 2008 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Março 2009	Dezembro 2008	Março 2008
Numerário	7.945	14.971	9.087
Depósitos a Ordem	61.410	93.037	120.687
Depósitos a prazo	1.769	9.441	5.394
Outros títulos negociáveis	1.404	2.414	9.616
Outras aplicações de tesouraria	7.565	7.305	17.106
Caixa e seus equivalentes no balanço	80.093	127.168	161.890
Outros investimentos correntes (Nota 15)	1.818	2.789	5.486
Descobertos bancários (Nota 18)	(503.547)	(368.792)	(116.945)
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	(421.636)	(238.835)	50.431

A rubrica de Outras aplicações de tesouraria, em 31 de Março de 2009, inclui diversas aplicações de excedentes de tesouraria das seguintes Empresas do grupo:

Petrogal Brasil, Lda.	402
Galp Exploração Serviços Brasil, Lda	2.403
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	3.200
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	1.560
	7.565

17. CAPITAL SOCIAL

Estrutura do Capital

A estrutura do capital social não sofreu alterações durante o primeiro trimestre de 2009. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 829.250.635 acções (Nota 10) de valor nominal de 1 Euro, e está subdividido nas seguintes categorias de acções:

Tipo de Acções	Março 2009	Dezembro 2008
Acções Tipo A	40.000.000	40.000.000
Acções Tipo B	789.250.635	789.250.635
Número total de acções	829.250.635	829.250.635

Às acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais consagradas no art. 4º dos Estatutos da Galp Energia, SGPS, S.A., nomeadamente:

(i) A eleição do Presidente do Conselho de Administração só poderá ser aprovada com a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A;

(ii) Quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa a segurança do abastecimento do país de petróleo, de gás e de electricidade, ou produtos derivados dos mesmos, não poderão ser aprovadas, nem em primeira, nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A.

18. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Março de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	Março 2009		Dezembro 2008	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	107.203	1.083.103	284.602	1.089.140
Empréstimos externos	23.335	508.489	30.187	215.549
Descobertos bancários (Nota 16)	503.547	-	368.792	-
Desconto de letras	1.622	-	1.084	-
	<u>635.707</u>	<u>1.591.592</u>	<u>684.665</u>	<u>1.304.689</u>
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	242	135	284	255
	<u>635.949</u>	<u>1.591.727</u>	<u>684.949</u>	<u>1.304.944</u>
Project Finance Fees	-	(843)	-	(866)
	<u>635.949</u>	<u>1.590.884</u>	<u>684.949</u>	<u>1.304.078</u>
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 1998 - Lisboagás, S.A.	1.711	-	1.711	-
	<u>1.711</u>	<u>-</u>	<u>1.711</u>	<u>-</u>
	<u>637.660</u>	<u>1.590.884</u>	<u>686.660</u>	<u>1.304.078</u>

Os empréstimos não correntes, excluindo project finance fees, em 31 de Março de 2009 apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2010	90.069
2011	410.150
2012	576.477
2013	31.029
2014	36.361
2015 e seguintes	<u>447.641</u>
	<u>1.591.727</u>

Em 31 de Março de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008 a totalidade dos empréstimos internos e externos obtidos encontram-se expressos nas seguintes moedas como segue:

		Março 2009		Dezembro 2008	
Divisa		Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)	Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)
Dólares dos Estados Unidos da América	USD	3.176	1.322	3.176	1.279
Meticais	MZM	19.780	550	57.893	1.609
Franco de Cabo Verde	CFA	229.585	162	229.585	184
Euros	EUR	1.835.091	1.720.096	1.727.908	1.616.406
			<u>1.722.130</u>		<u>1.619.478</u>

As taxas de juro médias dos empréstimos e descobertos bancários suportadas pela empresa incluindo comissões e outros encargos em 31 de Março de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 foram 3,47% e 5,10% respectivamente.

Caracterização dos principais empréstimos

Empréstimos bancários

Em 31 de Março de 2009, o Grupo tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de mEuros 1.200.000, que se dividem em mEuros 600.000 de médio e longo prazo e mEuros 600.000 de curto prazo. Destes montantes estão utilizados mEuros 550.000 no médio e longo prazo, dado ser intenção do Grupo manter este financiamento até 2012, e de apenas depender de si a respectiva renovação, e mEuros 100.000 no curto prazo.

Adicionalmente, o Grupo tem registado em empréstimos internos a médio e longo prazo o montante de mEuros 524.285, relativo essencialmente a “project finance” realizados nomeadamente pelas empresas Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., Sucursal en España, CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A..

Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de emissão respectivo em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, adicionada de “spreads” variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pelo Grupo. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém inalterada durante o respectivo prazo de emissão.

O Grupo contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Sines, no montante de mEuros 58.000. O empréstimo é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um “spread” variável.

Durante o exercício de 2008, o Grupo contraiu um novo empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria do Porto, no montante de mEuros 50.000. O empréstimo é remunerado ao regime de taxa fixa revista periodicamente.

Os financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, no montante de mEuros 121.790, são garantidos por Sindicatos Bancários.

A Petrogal emitiu cartas de conforto perante terceiros a favor de empresas do grupo e associadas, relativas a linhas de crédito de curto prazo no montante total de mEuros 662.791.

Empréstimos obrigacionistas

Emissão de 1998 – Lisboagás GDL- Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.

Em 12 de Agosto de 1998 a Lisboagás GDL- Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. ou deixando a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. de deter uma posição maioritária directa no capital da Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado do presente empréstimo.

Como o Estado deixou de ser accionista maioritário da Galp Energia SGPS SA, a empresa procedeu à publicação do respectivo anúncio em 22 de Setembro de 2006 e recebeu pedidos para o reembolso antecipado destas obrigações, no montante de mEuros 34.107, pelo que actualmente o montante total da emissão Obrigacionista é de mEuros 15.772.

Em 12 de Agosto de 2008, pelo exercício da Put Option, a Empresa recebeu pedidos, para reembolso antecipado, no montante de mEuros 14.062, pelo que actualmente o montante total da emissão Obrigacionista é de mEuros 1.711.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao par, em cinco prestações anuais de igual montante, à data de vencimentos do 22º, 24º, 26º, 28º e 30º cupões.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado, ao par, de parte ou da totalidade do capital em dívida, por opção do emitente (Call Option), a partir da data de vencimento do 10º cupão, inclusive, e nas respectivas datas de pagamento de juros.

Os obrigacionistas poderão também exigir o reembolso antecipado do empréstimo ou do valor remanescente do capital em dívida, ao par, nas datas de vencimentos do 20º, 22º, 24º, 26º e 28º cupões.

O pagamento de juros será feito semestralmente e postecipadamente, com base numa taxa correspondente à taxa “Euribor a 6 meses”, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem, acrescida de 0,08%.

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de outras contas a pagar não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 31 de Março de 2009 e 31 de Dezembro de 2008:

Rubricas	Março 2009		Dezembro 2008	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Estado e outros entes públicos:				
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	119.253	-	177.279	-
IVA a pagar	132.940	-	170.868	-
Outras tributações	8.164	-	8.381	9
Segurança social	5.434	-	5.426	-
IRS retenções efectuadas a terceiros	6.644	-	4.639	-
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 14)	166.275	-	190.611	-
Fornecedores de imobilizado	179.769	13.948	221.917	247
Overlifting - parceiros do Bloco 14	1.904	-	26.739	-
Depósito de cauções e garantias recebidas	15.755	-	15.671	-
Pessoal	6.365	-	4.397	-
Saldos credores de clientes	1.474	-	3.630	-
Adiantamentos de clientes	603	-	850	-
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas	-	2.902	-	2.902
Empréstimos - Outros accionistas	-	3.658	-	4.669
Outras contas a pagar - Empresas associadas, participadas e relacionadas	14	-	364	-
Outras contas a pagar - Outros accionistas	175	-	173	-
Outros credores	27.661	3.241	21.841	3.243
	<u>672.430</u>	<u>23.749</u>	<u>852.786</u>	<u>11.070</u>
Acréscimos de custos:				
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	36.164	-	34.445	-
Fornecimentos e serviços externos	93.944	-	30.705	-
Prémios de produtividade	7.863	-	18.070	-
Proveitos permitidos - regulação ERSE	11.846	-	7.467	-
Descontos, bónus e rappel relacionados com vendas	6.779	-	6.161	-
Brindes Fastgalp	4.625	-	4.618	-
Juros a liquidar	10.628	-	4.619	-
Prémios de seguro a liquidar	5.168	-	1.300	-
Custos e perdas financeiros	946	-	917	-
Acréscimos de custos com pessoal - outros	85	-	86	-
Outros acréscimos de custos	6.647	-	6.988	-
	<u>184.695</u>	<u>-</u>	<u>115.376</u>	<u>-</u>
Proveitos diferidos:				
Prestação de serviços	25.462	-	6.441	-
Fibra óptica	4.263	41.343	4.263	42.508
Outros	6.133	3.383	3.155	2.578
	<u>35.858</u>	<u>44.726</u>	<u>13.859</u>	<u>45.086</u>
	<u>892.983</u>	<u>68.475</u>	<u>982.021</u>	<u>56.156</u>

O montante de mEuros 1.904 registado na rubrica de Outras contas a pagar – Overlifting – parceiros do Bloco 14 corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção.

O montante de mEuros 15.755, registado na rubrica de Depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui mEuros 14.588 referente à responsabilidade da Petrogal em 31 de Março de 2009, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, foram registadas ao valor de aquisição o qual corresponde ao seu justo valor.

O montante de mEuros 3.658 registado na rubrica de Empréstimos - Outros accionista refere-se essencialmente a:

- mEuros 960, mEuros 960 e mEuros 480 registado a médio e longo prazo a pagar à E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., à Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda e à AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A., dizem respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária CLCM - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- mEuros 1.006 registado a médio e longo prazo a pagar à EDP Cogeração, S.A. diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- O montante de mEuros 252 registado a médio e longo prazo a pagar à Companhia Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A. diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido.

A rubrica de acréscimos de custos – fornecimentos e serviços externos no montante de mEuros 93.944, inclui o montante de mEuros 67.164 referente a ISP a pagar à subsidiária C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A..

O montante de mEuros 4.625 registado na rubrica de acréscimos de custos - Brindes Fastgalp refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos e não rebatidos até 31 de Março de 2009, referentes ao Cartão Fast Galp, e que se prevê que venham a ser trocados por prémios no futuro.

Os proveitos decorrentes do contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações encontram-se diferidos na rubrica proveitos diferidos – fibra óptica são reconhecidos em resultados durante o período do contrato. O saldo de proveitos diferidos em 31 de Março de 2009, por reconhecer em exercícios futuros ascende a mEuros 45.606.

20. PROVISÕES

Em 31 de Março de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica de provisões apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Março 2009	Dezembro 2008
Processos judiciais	14.447	11.590
Investimentos financeiros	1.592	1.285
Impostos	13.506	13.492
Meio Ambiente	8.839	8.839
Outros riscos e encargos	69.081	64.262
	<u>107.465</u>	<u>99.468</u>

O total de aumentos de provisões, no montante de mEuros 8.011 (Nota 6) refere-se essencialmente a:

- mEuros 4.124 referentes ao reforço da provisão, respeitante ao diferendo existente entre a Galp Gás Natural, S.A. e a Nigeria Liquified Natural Gas Limited ("NLNG") ;
- mEuros 1.548 referentes ao reforço da provisão para custos de abandono do Bloco 14 que é estimada através da aplicação à estimativa dos custos totais de abandono, do coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas totais no final desse período adicionadas da produção do período;
- mEuros 1.181 referente ao reforço de provisão para fazer face a processos judiciais em curso;
- mEuros 366 constituição de provisão para fazer face ao pagamento ISP dos fornecedores de biocombustíveis.

21. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS

É política do Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro e riscos de flutuação da margem de refinação, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos e dos “cash-flows” futuros esperados da sua actividade.

Adicionalmente, o Grupo encontra-se exposto a riscos de flutuação de mercado, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos, e dos “cash-flows” futuros esperados da sua actividade.

O aumento verificado no justo valor reflectido no Activo e Passivo, referente a derivados financeiros sobre taxas de juro, e em consequência da variação do justo valor no Capital Próprio no trimestre findo em 31 de Março de 2009, no montante negativo de mEuros 7.079, refere-se essencialmente a coberturas de fluxos de caixa. Como tal, o justo valor da parte eficiente de cobertura desses derivados é reflectida na rubrica reservas de cobertura, no capital próprio atribuível aos accionistas no montante negativo de mEuros 6.962 deduzido de interesses minoritários no montante negativo de mEuros 117. A variação de justo valor de empresas associadas encontra-se reflectida na Demonstração dos Ganhos e Perdas consolidados reconhecidos nos Capitais Próprios na rubrica de Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios resultantes de Empresas Associadas no montante negativo de mEuros 521.

O valor referente ao movimento do justo valor reflectido no Capital Próprio para o trimestre findo em 31 de Março de 2008, ascendeu a mEuros 530 negativos, sendo mEuros 413 negativos de justo valor atribuível a accionistas e mEuros 117 negativos de respectivos interesses minoritários.

Os instrumentos financeiros derivados sobre taxa de juro em carteira, durante o primeiro trimestre do ano de 2009 e 2008, apresentam as seguintes evoluções:

Derivados sobre Taxa de Juro	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2008	1.216	591	(5)	-
Aquisições durante o ano	-	-	-	-
Alienações durante o ano	(169)	(341)	(1)	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	169	341	1	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	(187)	-	(68)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	(405)	(94)	(31)	-
Justo valor em 31 de Março de 2008	811	310	(36)	(68)
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-	-	(3.013)	(12)
Aquisições durante o ano	-	-	-	-
Alienações durante o ano	-	-	10	13
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	-	(10)	(13)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	-	-	12
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	(6.927)	(152)
Justo valor em 31 de Março de 2009	-	-	(9.940)	(152)

Os juros suportados e obtidos com os derivados de taxa de juro estão classificados nas rubricas de proveitos e custos financeiros.

O impacto contabilístico durante o primeiro trimestre do ano de 2009 e 2008 na rubrica do Custo da Venda pode ser visualizado no quadro seguinte:

Derivados sobre Commodities	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2008	-	100	-	-
Aquisições durante o ano	-	-	-	-
Alienações durante o ano	-	(334)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	333	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	1.836	-	(981)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 31 de Março de 2008	-	1.935	-	(981)
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-	114	-	(1.491)
Aquisições durante o ano	-	-	-	-
Alienações durante o ano	-	180	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(180)	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	(114)	-	(277)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 31 de Março de 2009 (Nota 15)	-	-	-	(1.768)

O Grupo Galp Energia transacciona igualmente uma característica de instrumentos financeiros denominados como Futuros sobre Commodities. Devido a sua elevada liquidez, pelo facto de serem transaccionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como parte integrante da rubrica de disponibilidades. Os ganhos e perdas com os Futuros sobre Commodities estão classificados na rubrica de Custo das Vendas. Como os futuros são transaccionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração de Resultados, conforme quadro seguinte:

Futuros sobre Commodities	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2008	-	938	-	-
Aquisições durante o ano	-	18.012	-	-
Alienações durante o ano	-	(13.343)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(1.842)	-	-
Justo valor em 31 de Março de 2008	-	3.765	-	-
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-	460	-	-
Aquisições durante o ano	-	19.853	-	-
Alienações durante o ano	-	(17.432)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	2.815	-	-
Justo valor em 31 de Março de 2009	-	5.696	-	-

Durante o primeiro trimestre de 2009 não há derivados sobre energia eléctrica transaccionados nem posições em aberto.

Os instrumentos financeiros a 31 de Março de 2009 apresentam as seguintes características:

Tipo de Derivado de Taxa de Juro	Taxa de Juro	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
<u>Passivo</u>				
	<u>Cobertura de Fluxo de Caixa</u>			
Collar	Paga entre 3,25% e 1,75% Recebe Euribor 6m	mEur 13.440	2010	(95)
Caps	Paga Cap de 3,25% Recebe entre Euribor 6m	mEUR 4.480	2010	(19)
Cap com "Knock out"	Paga Euribor 12m com Cap 3,49% com knock-out 5,25% Recebe Euribor 3m	mEUR 5.755	2010	(32)
Swaps de taxa de juro	Paga entre 3,17% e 6,24%	mEUR 324.818	2010 a 2013	(9.946)
Tipo de Derivado sobre Commodities	Características	Maturidade		Justo valor de derivados em mEuros
<u>Passivo</u>				
Swaps	Gás Natural	2009		(1.768)
				(1.768)
Toal de Activos				-
Não correntes				-
Correntes				-
Total de Passivos				(11.860)
Não correntes				(9.940)
Correntes				(1.920)

O justo valor dos mesmos foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

22. DIVIDENDOS

No primeiro trimestre de 2009 não houve dividendos antecipados.

23. REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos Administradores da Galp Energia para os trimestres findos em 31 de Março de 2009 e 2008 foi de mEuros 1.208 e mEuros 1.228 respectivamente (Nota 6), da qual mEuros 991 e mEuros 937 corresponde a remuneração base, mEuros 0 e mEuros 156 a gratificações/prémios, mEuros 137 e mEuros 106 a pagamentos para os fundos de pensões no âmbito de um plano de contribuições definidas e mEuros 80 e mEuros 29 a outros benefícios, respectivamente.

As remunerações pagas aos Administradores da Galp Energia designados pelos accionistas ENI, S.P.A., Amorim Energia, B.V. e Iberdrola, S.A., estão incluídas na rubrica de fornecimentos e serviços externos. Em 31 de Março de 2009 e 2008 ascendem a mEuros 730 e mEuros 355 respectivamente.

Ao abrigo da política actualmente adoptada, a remuneração dos administradores da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo Galp Energia.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Deliberações da Assembleia Geral Anual de Accionistas

A Assembleia Geral Anual de Accionistas reuniu-se a 27 de Abril de 2009 para aprovar os pontos da ordem de trabalhos, como se segue:

1. Relatório de Gestão Consolidado e Contas Individuais e consolidadas do exercício de 2008, bem como demais documentos de prestação de contas;
2. Relatório de Governo da Sociedade;
3. A proposta de aplicação de resultados da seguinte forma:

Dotação à reserva legal	mEuros 18.884
Distribuição de dividendos (0,32€/acção)	mEuros 265.360
Resultados transitados	mEuros 188.729
Total	mEuros 472.973

4. Um voto de louvor ao Conselho de Administração e aos Órgãos de Fiscalização, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como a cada um dos respectivos membros;
5. A eleição do Dr. Pedro Antunes de Almeida como secretário da mesa da Assembleia Geral para o mandato em curso 2008-2010;
6. A alteração ao artigo 10.º n.º3 dos estatutos da Galp Energia, que passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 10.º

(...) 3. Cabe um voto a cada acção.

Entrega de Licenças de Emissão respeitante ao ano 2008

Até ao dia 30 de Abril de 2009 foram entregues ao Estado as licenças de emissão, das instalações abrangidas pelo Despacho n.º 2836/2008, verificadas e respeitantes às emissões de gases com efeito de estufa emitidos durante o ano de 2008.

Foram entregues as seguintes “Le” (Licenças de emissão) por empresa e instalação:

- Petrogal, S.A. - Refinaria de Sines	1.828.181 Le
- Petrogal, S.A. – Refinaria do Porto	1.121.765 Le
- Powercer, S.A. – Cogeração	39.419 Le
- Carriço Cogeração, S.A. – Cogeração	113.021 Le

Início de testes de produção no Tupi

O consórcio formado pela Petrobrás, pela BG Group e pela Galp Energia, para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no bloco BM-S-11, em águas ultra profundas da Bacia de Santos iniciou no dia 1 de Maio de 2009 o teste de longa duração (“EWT”) no campo Tupi, através do FPSO BW Cidade de São Vicente.

O FPSO tem capacidade para processar 30 mil barris de petróleo por dia, e está ancorado em lâmina de água de 2.170 metros, a cerca de 280 km da costa do Rio de Janeiro, Brasil.

Durante o EWT, a produção do FPSO BW Cidade de São Vicente não irá exceder os 14 mil barris por dia de petróleo leve (28º -30º API) por restrições técnicas e operacionais. O EWT tem um prazo previsto de 15 meses, durante o qual serão realizados testes de produção no poço Tupi Sul e no poço produtor P1.

O campo Tupi, localizado na bacia de Santos, é uma reserva de petróleo leve em águas ultra profundas, com volumes recuperáveis estimados entre cinco a oito mil milhões de barris de petróleo e gás natural, descoberta em Outubro de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Massimo Mondazzi

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Camillo Gloria

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

**Direcção de Relações com Investidores
e Comunicação Externa**

Tel: +351 21 724 08 66

Fax: +351 21 724 29 65

E-mail: investor.relations@galpenergia.com

Website: www.galpenergia.com



Galp Energia, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta

Sede: Rua Tomás da Fonseca Torre C, 1600-209 Lisboa

Capital Social: 829.250.635 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

Pessoa Colectiva 504 499 777